



Sindicato Nacional dos  
Auditores Fiscais do Trabalho

• BOLETIM ESPECIAL •

# REFORMA ADMINISTRATIVA

Publicação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT

Fevereiro de 2021



# Proposta de reforma administrativa é ruim para os servidores, a população e o País

*PEC 32/2020 significa destruição dos serviços públicos para a sociedade*

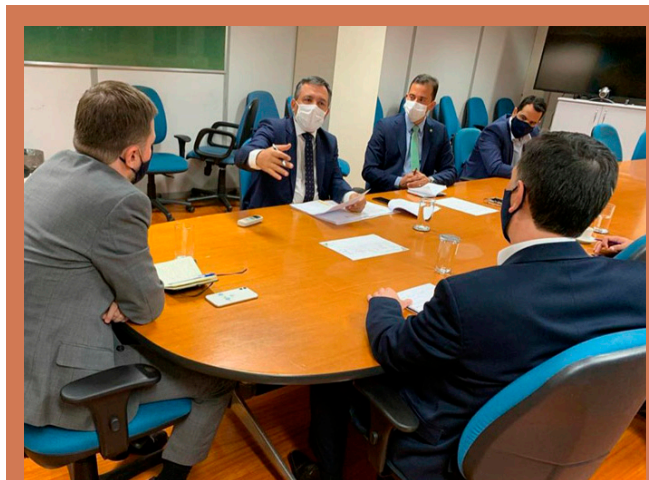
A reforma administrativa tem sido pauta permanente para o SINAIT e todo o conjunto de entidades que representam os servidores públicos há pelo menos cinco anos. Entra governo sai governo, o assunto sempre está colocado de forma negativa para o funcionalismo. O discurso de Estado mínimo, máquina inchada, salários altos e altos gastos, tantas vezes repetido, acaba por ganhar eco em parcela da sociedade, especialmente entre a população que depende mais diretamente de serviços públicos e que nem sempre é atendida a contento.

A solução para a melhoria dos serviços públicos entregues à população é justamente o contrário do que se propõe com os vários projetos apresentados no passado e em tramitação atual, com destaque para a *Proposta de Emenda à Constituição – PEC 32/2020*. É necessário mais investimentos, concursos públicos para recompor as carreiras, valorização, modernização das ferramentas de gestão para que o Estado chegue onde e para quem precisa chegar, de maneira eficiente e ágil.

A proposta de reforma administrativa que atualmente tramita no Congresso Nacional coloca em perigo a prestação de serviços à população. O governo insiste em fragilizar o setor público e atender o capital, mesmo depois da demonstração incontestável, em 2020, com a pandemia da Covid-19, da essencialidade do Estado, da excelência dos serviços de pesquisa – mesmo com tão poucos recursos, e do alto nível de comprometimento dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde – SUS e da Fiscalização do Trabalho, que continuaram suas atividades mesmo em condições desfavoráveis.

Foi o serviço público que “segurou a peteca”, enquanto o setor privado tirou o corpo fora e só atuou onde identificou que poderia aumentar seus lucros. Fique bem claro que não estamos falando de pequenos comerciantes ou microempresários, que foram bastante prejudicados pelas restrições impostas pela pandemia.

Muitas coisas precisam ser bem explicadas à população, como a importância do concurso público e da estabilidade dos servidores públicos e os altos per-



*Reunião do Fonacate com o secretário Wagner Lenhart*



*Reunião com equipe da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho*

centuais de contribuição previdenciária – mesmo depois da aposentadoria, por exemplo. Servidor público é aliado, não inimigo.

O SINAIT está, como sempre esteve, pronto para agir em defesa dos Auditores-Fiscais do Trabalho e dos trabalhadores. A PEC 32 apresenta um conjunto de medidas mais agressivo e coroa um processo que já vem sendo feito, por meio de mudanças administrativas e outros projetos de menor monta. A PEC vai começar a tramitar na Câmara e todas as formas de atuação lícita disponíveis serão utilizadas para impedir que a rede de prestação de serviços do Estado seja desconfigurada, desconstruída. Esse é um caminho ruim para os servidores, para a população e para o País.

*Diretoria Executiva Nacional do SINAIT*

## Reforma Administrativa

# Há pelo menos cinco anos o SINAIT trata desta pauta e atua na defesa dos direitos dos Auditores-Fiscais do Trabalho

*Luta foi intensificada no atual governo, para impedir que a PEC 32/2020 prejudique a categoria*

Desde maio de 2016, quando o governo do ex-presidente Michel Temer apresentou a Medida Provisória – [MP nº 726/2016](#), que fez mudanças nos Ministérios, o SINAIT reforçou a luta sindical para combater a retirada de direitos da categoria Auditores-Fiscais do Trabalho. A MP pretendia reduzir carreiras e promover a fusão de cargos, entre outras iniciativas. O Sindicato, por meio de seus dirigentes, tem atuado incansavelmente no Congresso Nacional e junto a autoridades competentes para preservar a carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho.

O trabalho parlamentar resultou na proposição, pelo SINAIT, de emendas à MP, que foram subscritas pelo então deputado federal e Auditor-Fiscal do Trabalho Lelo Coimbra (PMDB-ES) e pelos senadores Paulo Rocha (PT-PA) e Paulo Paim (PT-RS). [Veja aqui](#).

Mas não bastava apresentar. Era preciso intensificar, em Brasília, as ações pela aprovação das emendas. Foi quando o presidente do SINAIT, à época, Carlos Silva, [gravou um vídeo orientando o trabalho parlamentar](#) da categoria. O Sindicato também produziu material exclusivo para ser usado na argumentação junto aos deputados e senadores.

O SINAIT esteve na sede da Organização Internacional do



*Trabalho parlamentar nos governos Temer e Bolsonaro: a ameaça sempre esteve presente*

Trabalho – OIT Brasil no dia 13 de julho de 2016 para falar do trabalho parlamentar junto aos integrantes da Comissão que analisava a MP e para buscar uma avaliação técnica da Organização sobre o tema. [Relembre aqui.](#)

A reforma administrativa também foi tema de diversos eventos, seminários, audiências no Congresso e com autoridades em que dirigentes do Sindicato Nacional se manifestaram contrários à proposta do governo. A defesa sempre foi muito clara, de que reforma deve vir para melhorar e não para fragilizar servidores e serviços públicos prestados aos cidadãos. E que a Fiscalização do Trabalho deve sempre sofrer intervenções no sentido de ser fortalecida, com a realização de concursos públicos e modernização de seus sistemas e procedimentos.

A MP 726 foi convertida na [Lei nº 13.341/2016](#), que organizou a Presidência da República e os Ministérios.

## REFORMA ADMINISTRATIVA NO ATUAL GOVERNO

A luta do SINAIT para combater a reforma administrativa no governo Temer continuou no governo Bolsonaro, muito antes de o presidente formalizar o envio do texto ao Congresso Nacional.

Em 21 de maio de 2018, a então a vice-presidente do SINAIT, Rosa Maria Campos Jorge, [criticou a reforma administrativa, durante o Simpósio “Reforma Trabalhista: e agora?”](#), realizado na Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU.

Disse que “a reforma administrativa integra um pacote de desmonte do Estado de proteção social, com a entrega do patrimônio públi-

## O ATAQUE DA PEC 32/2020 AOS DIREITOS DOS ATUAIS SERVIDORES

*Embora o governo diga o contrário, como já fez na reforma da Previdência, a reforma administrativa atinge em várias dimensões os atuais servidores públicos.*

*Veja pontos que afetam os servidores.*

### ESTABILIDADE

O servidor poderá ser demitido por decisão por trânsito em julgamento, por decisão judicial colegiada e por insuficiência de desempenho, cuja regulamentação será feita por lei ordinária ou MP e não mais por lei complementar.

### PROGRESSÃO E PROMOÇÃO

Proíbe a progressão e promoção com base apenas em tempo de serviço, ficando condicionada, em caráter obrigatório, à avaliação de desempenho, que não tem regras claras e pode se transformar em perseguições a servidores públicos.

### COMISSIONADOS

Permite a destituição de comissionados por motivação político-partidária, mesmo que o servidor seja concursado.

### ELIMINAÇÃO DE CARGOS DE LIVRE PROVIMENTO

O servidor perde o direito de ocupar cargo de livre provimento, pois estão sendo eliminadas as cotas de cargos

que deveriam ser ocupados apenas por servidor de carreira.

### AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS CARGOS DE LIVRE PROVIMENTO

A ampliação do escopo de atuação dos cargos de livre provimento, agora batizados de “liderança” e “assessoramento” para funções estratégicas, técnicas e gerenciais. Com essa estratégia esses cargos poderão ser ocupados por pessoas de fora do serviço público.

### ACUMULAÇÃO DE CARGO

O servidor enquadrado como cargo típico de Estado não poderá realizar nenhuma outra atividade remunerada, nem mesmo acumular cargos públicos, exceto de professor.



co dentro da chamada agenda neoliberal, que inclui também as reformas trabalhista e da Previdência”.

Durante todo o ano de 2019, desde o início da gestão do presidente Bolsonaro, o governo e a imprensa alardearam aspectos de um projeto de reforma que estava em

estudo no Ministério da Economia e prestes a ser enviado ao Congresso Nacional. Vários pontos foram “vazados”, como o fim do Regime Jurídico Único, redução de salários de ingresso nas carreiras, mudança nos critérios para promoção e progressão funcional, fim

da estabilidade. Todos pontos muito sensíveis e que causam grande preocupação, pois fragilizam a situação dos servidores públicos e abrem a porta para a contratação de um grande número de pessoas por terceirização ou nomeação em cargos de livre provimento. O Fórum das Carreiras de Estado – Fonacate estima que 100 mil pessoas podem ser contratadas sem concurso público de imediato caso a reforma seja aprovada.

Em 2020, primeiro ano da pandemia da Covid-19, o assunto esteve em pauta em todas as reuniões realizadas com autoridades da Secretaria Especial de Previdência e do Trabalho e da Secretaria de Gestão de Pessoal, antevendo o projeto que se avizinhava. A maioria desses encontros passou a ser virtual, em razão das medidas de segurança para evitar o contágio pelo coronavírus.

No dia 17 de julho de 2020, dirigentes do SINAIT participaram de uma reunião virtual com o novo subsecretário de Inspeção do Trabalho, Rômulo Machado, e integrantes de sua equipe. Na ocasião, Carlos Silva disse ao subsecretário que o SINAIT tinha informações de que o debate da reforma administrativa estava avançando no governo Bolsonaro e que a SIT não podia ficar alheia a essa discussão. E o alertou para os muitos riscos para o futuro da carreira da Auditoria-Fiscal do Trabalho. [Veja aqui.](#)

No dia 3 de setembro de 2020, o governo enviou, finalmente, o texto da reforma administrativa ao Congresso Nacional. A [Proposta de Emenda Constitucional 32/2020](#) confirmou as expectativas negativas sobre seu conteúdo. Altera disposições sobre servido-



*Reforma administrativa foi pauta de todas as reuniões da DEN e do CDS, com informações e análise de conjuntura de especialistas, como Toninho do Diap*

res e empregados públicos e organização administrativa.

No dia 4 de setembro de 2020, dia seguinte ao envio da matéria pelo governo ao Congresso, o SINAIT se manifestou por meio de nota pública alertando sobre o teor da PEC 32/2020. “Uma medida desnecessária e antidemocrática, uma vez que não foi precedida

de diálogo com os diretamente atingidos – os servidores públicos nas esferas federal, distrital, estaduais e municipais. Além disso, inoportuna, pois apresentada durante uma crise sanitária mundial que, justamente, requer todos os esforços do Estado para garantir socorro à população, sob diversos aspectos”, diz a [nota](#).

## O QUE DIZ A PEC 32

O texto propõe uma série de mudanças na estrutura do funcionalismo público. Nivelada por baixo as condições de trabalho no setor público ao aproximar as regras dos servidores às práticas do mercado de trabalho do setor privado, precarizado pelas reformas trabalhista e da Previdência, praticamente com seus direitos extintos.

Para os atuais servidores, a PEC prejudica a estabilidade, progressão e promoção, acumulação de cargo, cargos de livre provimento, entre outros direitos.

Para novos servidores serão exigidos longos períodos de estágio probatório, haverá avaliação de desempenho e promoções com base em regras que não estão claras e sugerem uma caça às bruxas. As novas regras são válidas para quem entrar no funcionalismo após a aprovação da PEC.

Com a pandemia, a matéria não avançou na Câmara em 2020, mas ganha fôlego agora, sob a gestão do novo presidente, deputado Arthur Lira (PP-AL). Ele já enviou a PEC para a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. A eleição dos presidentes das comissões está prevista para o dia 23 de fevereiro. A avaliação de analistas legislativos é de que a nova composição das mesas da Câmara e do Senado, e das Comissões, busca facilitar a tramitação e aprovação não só da PEC 32, mas de vários outros projetos que atacam direitos de servidores públicos e dos trabalhadores em geral.

O SINAIT, com seus diretores e delegados sindicais, e também em conjunto com as entidades dos fóruns dos quais participa, está preparado para a intensa articulação que será necessária junto a deputados e senadores para minimizar os efeitos da PEC 32/2020. A batalha já está em campo.

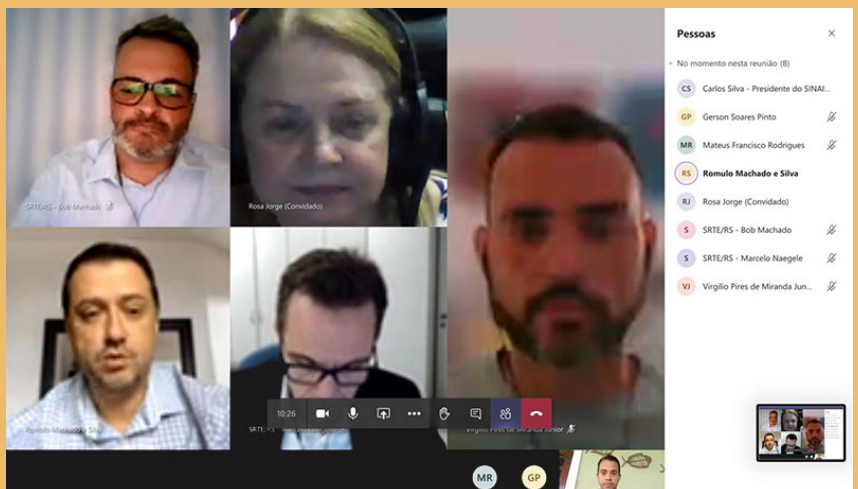
### NOTA PÚBLICA – REFORMA ADMINISTRATIVA NÃO TRAZ MELHORIAS PARA O SERVIÇO PÚBLICO E PARA A POPULAÇÃO

O SINAIT manifesta publicamente a preocupação com o teor da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 32/2020, a chamada Reforma Administrativa, encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional em 3 de setembro. Uma medida desnecessária e antidemocrática, uma vez que não foi precedida de diálogo com os diretamente atingidos – os servidores públicos nas esferas federal, distrital, estaduais e municipais. Além disso, inoportuna, pois apresentada durante uma crise sanitária mundial que, justamente, requer todos os esforços do Estado para garantir socorro à população, sob diversos aspectos.

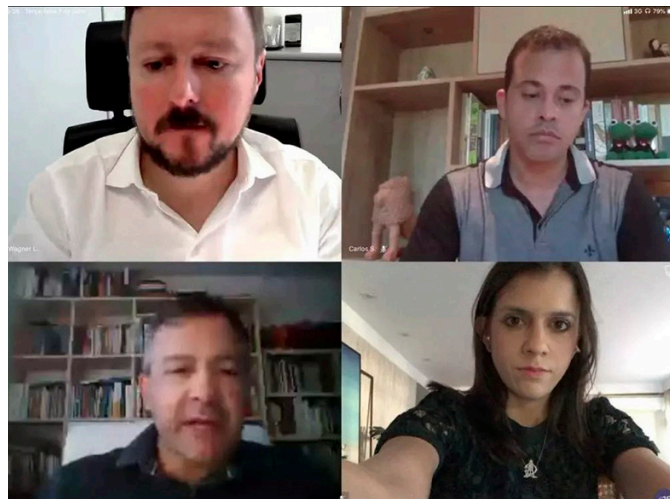
Até o momento, não há argumentos técnicos consistentes que justifiquem a tal reforma. É apontada pela equipe econômica como a redenção para a crise. Entretanto, não passa, na realidade, de uma gota no oceano. Vai fragilizar os mecanismos de acesso e controle no setor público, favorecendo uma política de clientelismo, contra a qual o SINAIT e dezenas de outras



Reunião do SINAIT com secretário Wagner Lenhart



Reforma administrativa foi tratada com equipe da SIT



## SINAIT e Fonacate mobilizados contra a reforma administrativa

Algumas das ações desenvolvidas pelo SINAIT contra a reforma administrativa do governo – [PEC nº 32/2020](#) têm sido articuladas em conjunto com o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado, o Fonacate. O grupo de entidades representativas dos servidores de carreiras de Estado está atento ao tema, mobilizando-se antes mesmo do envio da PEC pelo governo ao Congresso Nacional.

Para o Fonacate, um dos problemas na condução da reforma é a falta de debate público. Esse ponto foi o tema de [Nota Pública](#) da entidade, em que reivindicou interlocução e afirmou que a ausência de diálogo do governo com os servidores públicos, sociedade civil e entidades representativas do setor “sugere um desinteresse [do governo] em promover uma reforma de qualidade e eficiente”.

A demanda por participação no processo foi apresentada, reiteradamente, ao secretário da Secretaria de Gestão de Pessoal do Ministério da Economia – SGP/



*Reuniões com o secretário Wagner Lenhart trataram da reforma administrativa*

ME, Wagner Lenhart, em reuniões em 2019 e 2020. Em [julho de 2020](#), os dirigentes do Fórum, entre eles Carlos Silva, então presidente do Sindicato, apresentaram os Cadernos da Reforma Administrativa, uma série de publicações do Fonacate, elaboradas em conjunto com especialistas, que busca orientar e qualificar o debate sobre mudanças na Administração Pública – veja box.

Anteriormente, entregaram a Lenhart o estudo “Reforma Ad-

ministrativa do Governo Federal: contornos, mitos e alternativas”, desenvolvido pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, Fonacate e outras entidades parceiras. O então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), também recebeu o estudo.

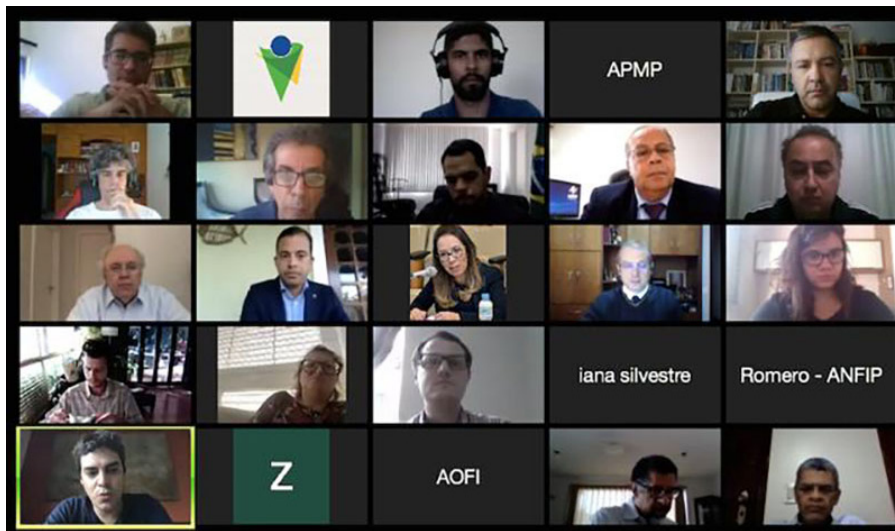
Após a apresentação da PEC 32, em 3 de setembro de 2020, o Fonacate foi a primeira entidade a ser recebida pelo secretário Lenhart para debater o assunto – [relembre aqui](#). Em reunião presencial, com

participação de Carlos Silva, o Fórum cobrou diálogo e mostrou o entendimento de que a reforma atinge também os atuais servidores públicos. Os dirigentes também bateram forte no ponto da estabilidade, considerada fundamental para impedir interferências indevidas e perseguições políticas.

Em reuniões regulares, a reforma é a pauta prioritária. O Fonacate analisa a tramitação da matéria, debate a priorização de tópicos a serem objetos de emendas e define estratégias de enfrentamento ao projeto, incluindo a atuação no Congresso. Esse enfrentamento está sendo feito em articulação com outros grupos, como a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público – Frentas. Nessas reuniões, o Fórum também debate com parlamentares, tendo conversado, por exemplo, com o deputado federal Tiago Mitraud (Novo/MG), coordenador da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa – [veja aqui](#).

Em outubro de 2020 a reforma administrativa também permeou os temas tratados na 6ª edição da Conferência Nacional das Carreiras de Estado, com o tema geral “O futuro do serviço público no Brasil”.

Em outra ação, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, com apoio do Fonacate, publicou o estudo “O Lugar do Funcionalismo Estadual e Municipal no Setor Público Nacional (1986-2017)”, um panorama acerca do funcionalismo público nos estados e municípios. A publicação foi escrita por especialistas das entidades que compõem o Fonacate, tendo como objetivo situar os vínculos públicos de estados e municípios no conjunto



Reunião virtual com deputado Tiago Mitraud (novo-MG), coordenador da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa



Rudinei Marques representou as carreiras de Estado em audiência no Senado

do setor público e prover insumos para discussão sólida sobre transformações na distribuição da força de trabalho no setor público brasileiro. [Relembre aqui](#).

Em fevereiro de 2020, o Fórum foi um dos debatedores de [audiência pública](#) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH do Senado Federal, na qual os servidores criticaram duramente pontos da reforma vazados pela imprensa. A audiência foi uma das últimas atividades presenciais antes das medidas de isolamento adotadas pelo Congresso em razão da pandemia da Covid-19. Os ânimos entre governo e servidores se acir-

raram depois da declaração do ministro da Economia, Paulo Guedes, em 7 de fevereiro, em que disse que os servidores são “parasitas” que estão matando seu hospedeiro, o Estado brasileiro.

## AÇÕES DE MÍDIA

No início de fevereiro de 2021, o Fonacate lançou uma campanha na Globo News em reconhecimento ao trabalho dos servidores públicos no combate à Covid-19. A campanha também está nas redes sociais das entidades que integram o Fórum, como no Facebook, Instagram, Twitter e canal do YouTube do SINAIT. [Veja o vídeo aqui](#).

Em 2020, o Fórum promoveu ações nas redes sociais, como um twittaço, em março, no mesmo dia em que estava prevista uma manifestação presencial, suspensa em razão da pandemia. A ação foi pensada para mostrar que os servidores seguiam mobilizados diante dos ataques do governo, não apenas os contidos na reforma administrativa, mas também os presentes nas Propostas de Emenda à Constituição – PECs nº 186 (Emergencial) e nº 188 (Pacto Federativo), as duas de 2019.



## PUBLICAÇÕES DO FONACATE PERCORREM TEMAS DA REFORMA

No atual governo, a reforma administrativa da estrutura do Estado brasileiro vem sendo tema em pauta pelo menos desde 2019, o que não fugiu do radar das entidades representativas de servidores públicos e seus fóruns. Assim, o Fórum das Carreiras de Estado – Fonacate, que o SINAIT integra, debate o assunto há algum tempo, subsidiado por especialistas, e vem produzindo um amplo material para orientar e qualificar as discussões sobre a reforma da Administração Pública.

Sob esse prisma, em agosto de 2020, o Fonacate, em conjunto com a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, lançou os Cadernos da Reforma Administrativa, uma série de publicações que percorre alguns dos principais temas que deveriam compor o centro de uma reforma voltada à racionalização da estrutura estatal e à melhoria do desempenho institucional agregado do setor público brasileiro.

Esse desempenho, na visão do Fórum e do SINAIT, deve ser medido não apenas pelo critério da eficiência do gasto público, mas também, e principalmente, pelos critérios da eficácia e da efetividade da ação pública. Para o Fonacate, uma reforma administrativa somente se torna admissível se contribuir para a construção de um Estado muito mais efetivo na entrega de serviços à população.

Os 17 cadernos foram apresentados em lives, que contaram



*Cadernos da Reforma Administrativa, já com 17 volumes, foram lançados em lives*

com estudiosos do tema e dirigentes de entidades representativas. Carlos Silva, atual vice-presidente do SINAIT, em

transmissão realizada em 1º de outubro, quando a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 32/2020 já havia sido enviada pelo governo ao Congresso Nacional, classificou o projeto como irresponsável e conflitante com os direitos constitucionais. “A PEC abre caminho à retirada e a ataques a cláusulas pétreas, como é o caso do trecho que trata da separação dos Poderes. Além disso, atribui ao Presidente da República um superpoder que permite alterar as atribuições dos cargos e definir a extinção de órgãos”, alertou o dirigente na ocasião.

Todos os Cadernos da Reforma Administrativa estão disponíveis no site do SINAIT – [veja aqui](#).

# Desmonte do Estado e vilanização do servidor são objetivos das PECs 186, 187 e 188

O desmonte do Estado e a vilanização do servidor público são os objetivos das Propostas de Emenda à Constituição – PECs que compõem o Plano Mais Brasil. Apresentadas em 5 de novembro de 2019, são três as matérias: [PEC 186/2019](#), Emergencial; [PEC 187/2019](#), que extingue os fundos públicos, e [PEC 188/2019](#), do Pacto Federativo.

As PECs 186 e 188 são as mais danosas e elegem mais uma vez, equivocadamente, o servidor como o grande inimigo das contas públicas. Ambas preveem redução até 25% da jornada do servidor, com corte proporcional dos vencimentos. A PEC 186 ativa ainda mecanismos como suspensão de progressões dos servidores, vedação à concessão de reajuste salarial e de benefícios e suspensão da realização de novos concursos.

Essas propostas têm o potencial de intensificar a crise econômica, provocar a estagnação da produtividade e a queda nas previsões de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, aumentar o desemprego e, conseqüentemente, a pobreza. São ainda mais graves ao considerar o cenário trazido pela pandemia de Covid-19, que mostrou a importância dos serviços públicos para a sociedade.

O SINAIT e o Fonacate propuseram emendas à PEC 186. Querem impedir a autorização para redução de jornada e de salário, barrar a possibilidade de terceirização dos serviços públicos, suprimir a proibição de concurso público e de reajustes salariais para servidores, retirar a vedação à progressão funcional.



*SINAIT conversou com parlamentares sobre as PECs e articulou emendas com o Fonacate*

As emendas também pretendem inserir no texto da PEC a exigência de autorização do Legislativo para medidas emergenciais e a exigência de que o governo apresente plano mostrando que tais medidas não prejudicarão o serviço público.

Na avaliação do SINAIT, que acompanha a tramitação desde o início, as propostas têm vários trechos inconstitucionais, que violam cláusulas pétreas, insuscetíveis de modificações pela via do poder constituinte derivado, conforme disposto no artigo 60, § 4º, da Constituição Federal.

Esses e mais argumentos constam de Nota Técnica do Sindicato sobre as PECs 186 e 188, documento construído com argumentação do escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados – [clique aqui para ver a Nota Técnica](#).

## SITUAÇÃO DAS MATÉRIAS

O Plano Mais Brasil foi apresentado no Senado Federal no dia 5 de novembro de 2019. Na mesma data, as PECs foram lidas no Plenário e encaminhadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ. Nos dias seguintes, foram acolhidas pela comissão e designadas aos relatores.

A PEC 186 foi designada ao senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que no dia 29 de novembro de 2019 apresentou voto favorável à matéria, na forma de substitutivo. No dia 23 de setembro de 2020, Guimarães devolveu o parecer para nova redistribuição.

No mesmo dia, a CCJ redistribuiu a matéria ao senador Marcio Bittar (MDB-AC), que também relata a PEC 188. Bittar anunciou, em dezembro de 2020, a decisão de apresentar os pareceres apenas em 2021.

A PEC 187 foi relatada pelo senador Otto Alencar (PSD-BA) na CCJ. O colegiado aprovou seu parecer, favorável, em março de 2020. Agora, a matéria está pronta para análise pelo Plenário do Senado, aguardando inclusão na Ordem do Dia.

# SINAIT e Frente Parlamentar Mista do Serviço Público

O SINAIT fortalece ações, iniciativas e atividades da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, que congrega parlamentares, entidades e instituições. O objetivo é reduzir os prejuízos e proteger dos ataques institucionais desferidos contra os servidores públicos e serviços ofertados à população.

Desde 2016 os dirigentes do Sindicato Nacional participam de iniciativas conjuntas com órgãos, entidades e parceiros em prol do aparelho público e da valorização dos servidores.

No dia 13 de setembro de 2016, o Sindicato Nacional participou do lançamento da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, sob iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). Na ocasião, a **diretora Rosângela Rassy** destacou a união das categorias para evitar a aprovação da reforma administrativa que traria prejuízos aos servidores públicos.

Em 2019, no dia 3 de setembro, a então vice-presidente do SINAIT, **Rosa Maria Campos Jorge**, durante o relançamento da Frente, no Salão Negro da Câmara dos Deputados, denunciou o enfraquecimento da Inspeção do Trabalho e às ameaças sofridas pelos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Na pauta de reivindicação, inclui-se também os servidores aposentados. É o que reforçou atividade ocorrida no dia 24 de janeiro de 2020, durante **Ato Público**, que teve o apoio da Frente Parlamentar, quando criticou o aumento do percentual da contri-



Eventos em parceria com a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público



Reunião com a Central Pública debateu formas de se opor à PEC 32/2020



Rosa Jorge, então vice-presidente do SINAIT, concedeu entrevista criticando a reforma administrativa

buição previdenciária.

Em 2020, no dia 4 de fevereiro, na Câmara dos Deputados, o SINAIT participou da definição dos temas: funcionalismo público, ajuste fiscal e privatizações que foram tratados no **Seminário Reforma Administrativa**. O evento contou com a participação do diretor Marco Aurélio Gonsalves.

Durante o período da pandemia provocada pelo novo coronavírus, no dia 4 de julho, o então presidente do SINAIT, **Carlos Silva**, participou de Webinário “O Serviço Público em Tempos de Pandemia”. Carlos Silva discorreu sobre o

teletrabalho, home office, controle de jornada, entre outros temas.

Outra ação em que o SINAIT e a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público atuam em conjunto é a elaboração e divulgação dos Cadernos da Reforma Administrativa produzidos pelo Fonacate – veja nesta publicação. Os 17 volumes lançados até agora têm o objetivo de contribuir, qualificar e esclarecer tópicos sobre o tema reforma administrativa junto ao governo e ao parlamento.

**Veja aqui** o vídeo lançado pela Frente Parlamentar, em parceria com o SINAIT e outras entidades.

# Articulação com entidades do Fonasefe e Mosap reforçaram a luta contra os ataques do governo aos servidores públicos

*O SINAIT tem convicção de que o trabalho coletivo, em diversos nichos, fortalece a luta*



*Mobilização do Fonasefe na Esplanada dos Ministérios*

## FONASEFE

Em uma das frentes de atuação, o SINAIT participa do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais – Fonasefe, que congrega mais de 25 entidades. Atualmente as entidades estão focadas em uma campanha contra a reforma administrativa com forte inserção em redes sociais e atividades virtuais e presenciais em Brasília e nos estados. Derivam dessa campanha outras duas vertentes, contra as privatizações e por vacina para todos.

O Fonasefe articula, neste início de ano, ações, atividades e agenda para o ano de 2021, com preocupação com a volta dos servidores públicos ao trabalho presencial. O Fórum defende que os servidores estejam entre os grupos prioritários para serem vacinados e que a volta ao



*Diretores do SINAIT integram a diretoria do Mosap, que está também combatendo a reforma administrativa*

trabalho presencial só ocorra depois da vacinação em massa.

No segundo semestre de 2020, as ações do Fonasefe estiveram centradas no trabalho contra a reforma administrativa e em solidariedade às lutas da classe trabalhadora. No mês de agosto, foi realizado um Seminário Nacional virtual, cujo tema central foi a reforma administrativa, que já estava em debate mesmo antes da PEC 32 ser enviada ao Congresso Nacional. De acordo com o documento final resultante do debate, as entidades deveriam discutir ações de mobilização e criar comitês locais em reforço aos fóruns existentes. [Relembre aqui.](#)

Também em agosto, o SINAIT e as entidades que integram o Fonasefe assinaram uma Nota de Repúdio aos ataques dos meios de comunicação e de Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, ao funcionalismo público. A nota do Fórum das Entidades esclareceu os equívocos e repudiou os ataques, explicando que o investimento em servidores públicos não pode ser desvinculado da garantia de direitos por meio das políticas públicas.

Na primeira quinzena de setembro, o Fonasefe realizou as plenárias para discutir a construção do Dia Nacional de Luta com greves e paralisações nas três esferas do funcionalismo público e de empresas estatais, em diálogo com movimentos estudantis e sociais. Além disso, uma campanha de mídia em defesa do Estado e do serviço público, com várias peças, que foram divulgadas pelo SINAIT em suas redes sociais.

**3 MOTIVOS PARA O SERVIDOR DA ATIVA LUTAR CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA**

- Estabilidade condicionada a uma avaliação de desempenho desenhada para demitir
- Extinção de cargos ocupados por decreto, sem lei prévia
- Fim das promoções e progressões funcionais por tempo de serviço

FONASEFE  
Fórum das Entidades Nacionais dos servidores Públicos Federais  
@fonasefe1  
@reformaadministrativa.nao

REFORMA **NÃO** ADMINISTRATIVA

**Lenda nº5**  
"A privatização vai tornar os serviços públicos baratos e acessíveis"

LENDAS SOBRE O SERVIÇO PÚBLICO

Estudo da CNI de 2019 diz que os SERVIÇOS PRIVATIZADOS tiveram **ALTA ACIMA DA INFLAÇÃO** nas últimas 2 décadas no Brasil.

Observe:

<b>240%</b> INFLAÇÃO ACUMULADA	<b>358%</b> ENERGIA ELÉTRICA
<b>352%</b> TRANSPORTE	<b>374%</b> SERVIÇO MÉDICOS

PERÍODO 1999-2019  
Fonte: CNI 2019

REFORMA **NÃO** ADMINISTRATIVA  
FONASEFE

SERVIDOR COM ESTABILIDADE NO EMPREGO **NÃO TEM MEDO DE SER DEMITIDO** QUANDO **DENUNCIA CORRUPÇÃO DO CHEFE**

REFORMA **NÃO** ADMINISTRATIVA

SERVIÇO PÚBLICO SEM CORRUPÇÃO NÃO

FONASEFE

Campanha do Fonasefe nas redes sociais contra a reforma e as privatizações e pela vacina para todos

**CIDADÃO, USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO**

ESSE RECADADO É PARA VOCÊ

MOSAP

**Colocar no servidor a culpa da crise fiscal**

Reduzir salários, acabar com estabilidade destruindo carreiras públicas

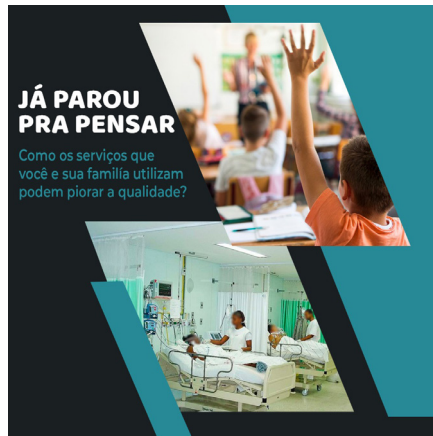
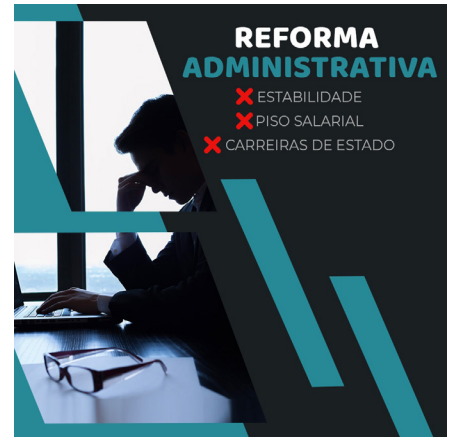
**NÃO É REFORMA!**

MOSAP

**MOSAP**

Também em conjunto com o Mosap o SINAIT está mobilizado e tem debatido as ações contra a reforma administrativa. O Sindicato tem lugar na diretoria da entidade, que discute os problemas do funcionalismo do ponto de vista de aposentados e pensionistas do serviço público federal. O Mosap se articula também com o Fonacate e outros coletivos para somar forças em campanhas e ações políticas e sindicais.

Uma campanha, iniciada em agosto de 2020, contra a reforma administrativa tem sido amplamente divulgada na mídia nacional, nas redes sociais do Mosap e nas dos parceiros, como o SINAIT – acesse aqui o conteúdo produzido para a campanha e compartilhe.



**Expediente**

• BOLETIM ESPECIAL •  
REFORMA ADMINISTRATIVA

Fevereiro de 2021

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT

**Presidente:** Bob Machado  
**Vice-Presidente:** Carlos Silva

**Produção da assessoria de comunicação do SINAIT**

**Edição e revisão:** Nilza Murari

**Redação:** Andrea Bochi, Dâmares Vaz, Lourdes Marinho, Nilza Murari e Solange Nunes

**Fotos:** Arquivos SINAIT

**Projeto gráfico e diagramação:**  
Bruno Borges



Campanha do Mosap mostra males da reforma administrativa